



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO¹:

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se no gabinete do Secretário de Habitação os membros nomeados das entidades do governo e da sociedade civil, nos termos do Decreto Municipal 11.239, de 21 de março de 2018. Estavam presentes o Secretário de Habitação e presidente do Conselho, senhor Odivan Wivaldo Linhares, a secretária executiva e suplente Carla Mariane Silva de Assis; a representante da Secretaria da Fazenda Dulcinéia Sabino de Rosa - titular; o representante da Fundação do Meio Ambiente Manuela Pinheiro Ferreira - suplente; a representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento Fátima Marta Salvador Lopes - a suplente; o representante da Universidade do Vale do Itajaí Delamar Heleno Shumacher - titular; o representante da Associação Comercial de Itajaí Saul Silva – titular; os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção de Itajaí Mirelle Cabral W. Krieger – titular e Iago Raux - suplente; o representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Gino Malimpensa Filho - suplente; a representante da Associação de Municípios da Região do Foz do Rio Itajaí Neuza Terezinha Bottega – titular; a servidora da Secretaria de Habitação Carla Zuconelli – Diretora de Planejamento Habitacional. Ausentes, portanto, oito entidades: as Secretarias de Desenvolvimento Social, Procuradoria, Semasa, União das Associações de Moradores; e Centro de Direitos Humanos de Itajaí. O presidente cumprimentou a todos os presentes, passando a palavra para a secretária executiva que inicialmente informou à plenária que havia quórum mínimo de 30% para realização da reunião em segunda chamada às 17h15min. O presidente informou que começaríamos os trabalhos com a reunião em seu gabinete. Inicialmente, a secretária executiva informou que para otimização do tempo, a ata não mais será lida em reunião, vez que é encaminhada anteriormente por e-mail para leitura dos membros, oportunidade em que podem fazer as suas considerações para assinatura na próxima reunião. Por conseguinte, foi dito quais seriam os assuntos a serem tratados da pauta: Primeiro: Oportunidade para entrar nas comissões

¹ 16/05/2018.



temáticas, especialmente na Comissão temática do Fundo de Habitação; Segundo: Assuntos da comissão de Regularização Fundiária; Terceiro: Assuntos gerais. Dando-se continuidade com as atividades propostas em pauta, ficou discutido e decidido o que se segue. Primeiro: Manifestaram interesses em participarem na Comissão do Fundo Municipal de Habitação: Fátima (suplente SEPOG), Neuza (titular AMFRI), Delamar (titular UNIVALI); Para a Comissão de Interesse Social a Keila (Titular Nuress); e para Comissão de Regularização Fundiária a Fátima (suplente do SEPOG). Foi falado em criar duas comissões de regularização fundiária pela quantidade de membros, sendo decidido por unanimidade que os membros da comissão decidiriam sobre a divisão dos trabalhos, conforme for. Segundo: Passou-se à análise dos casos da Regularização Fundiária. A secretária executiva, por ora Diretora de Regularização Fundiária, explicou que trouxe três casos de transmissão de CDRU, com baixa complexidade, **PRIMEIRO CASO:** Processo Administrativo nº 0630151/2018, instaurado por meio do requerimento da Sra. Vilma Lea Rebello que representou o seu primo Carlos Roberto dos Santos que solicitou a transferência para o seu nome da CDRU 06/2008 em nome de sua falecida mãe Serenite Silva dos Santos – endereço Rua Luiz Panca, nº 45, Nossa Senhora das Graças. Informou que a mãe do requerente faleceu em 06/08/2017, deixando dois filhos. A irmã do requerente Margarete dos Santos assinou Termo de desistência voluntária, sendo o documento devidamente reconhecido a firma. O processo foi instruído em 23 páginas. Cumpridos todos os requisitos para ser beneficiário de um programa habitacional, colocou-se em pauta para decisão. A plenária decidiu por unanimidade a aprovação do pleito. **SEGUNDO CASO:** Processo Administrativo nº 0800035/2018, instaurado por requerimento do Sr. Angélica Moreira Cordeiro e Nelson Hass que solicitaram no ano de 2014 e no atendimento na Prefeitura nos Bairro – Imaruí, a regularização fundiária do imóvel, com a transferência da CDRU 35/2008 para a mãe do Nelson. O processo foi instruído em 30 páginas. Cumpridos todos os requisitos para a mãe ser beneficiária de um programa habitacional, colocou-se em pauta para decisão. Houve insegurança na decisão de alguns membros, sendo que a titular do NUCRESS Keila se absteve do voto. Após discussão sobre o caso e análise dos documentos pelos conselheiros, excluindo a acima mencionada, foi decidido pela aprovação

com ressalva, desde que apresentado o documento pessoal do solicitante.

TERCEIRO CASO: Processo administrativo nº 1020019/2018, instaurado depois do atendimento do Sr. Paulo Ricardo Dapper neste ano, que tem como solicitação a regularização do imóvel público localizado na Rua dos Hibisco, 101, Cidade Nova, o qual tem a posse desde o ano de 1999, (juntado contrato de compra e venda). O requerente exerce no local o trabalho de reciclagem, e por ausência de alvarás para funcionamento foi notificado pela Prefeitura. Ocorre que a manutenção da família do requerente dar-se por meio da atividade de reciclagem, e por esse motivo necessita da Regularização do imóvel. O processo foi instruído em 33 páginas. Cumprido todos os requisitos legais foi colocado para análise do Conselho. A plenária por unanimidade decidiu que é necessário ter certeza sobre a origem do imóvel, se é público, e o histórico de ocupação na localidade, sendo importante saber sobre o impacto de vizinhança quanto à atividade exercida pelo requerente, motivo pelo qual, o caso não foi analisado, necessitando de diligências. Encerrando-se os trabalhos, o representante da OAB Iago Raux – suplente, falou que está à disposição para ajudar no que for preciso e sugeriu sobre a técnica de trabalho das comissões que será aplicada a partir da próxima reunião, qual seja: envio dos processos para os membros da comissão que irá elaborar um parecer que será colocado para votação. Por fim, a secretária executiva e o presidente do Conselho agradeceram a presença de todos, sendo os trabalhos finalizados. Nada mais havendo a tratar, encerro esta ata em três páginas que vai lavrada por mim Carla Mariane Silva de Assis e pelos conselheiros presentes.



048150 41235

check
OABISC pg. 690
Sister Sue

6/10/2014
CRFA

Johnnie L. L. L.

Walters

[Handwritten signature]

Deborah G. Hunsicker, Trustee